

CONSELHO PERMANENTE



OEA/Ser.G
CP/doc.3896/04
13 maio 2004
Original: inglês

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE AS ATIVIDADES DA OEA REFERENTES AO HAITI
DE 11 DE MARÇO A 13 DE MAIO DE 2004

Este documento será distribuído às Missões Permanentes e
apresentado ao Conselho Permanente da Organização.

SUMÁRIO

I.	Introdução.....	1
II.	Acontecimentos significativos	1
III.	A participação da OEA em reuniões de doadores em Washington, D.C. e Port-au-Prince.....	4
IV.	Sessão solene em honra do Primeiro-Ministro Latortue e outras visitas.....	5
V.	Trabalho e atividades futuras da OEA no Haiti.....	6
VI.	Requisitos de recursos.....	7
VII.	Diálogo entre a OEA e a ONU após as resoluções 1529 e 1542 – Relações entre a OEA e a CARICOM.....	7
VIII.	Conclusão	9

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL
SOBRE AS ATIVIDADES DA OEA REFERENTES AO HAITI
DE 11 DE MARÇO A 13 DE MAIO DE 2004

I. INTRODUÇÃO

Este relatório do Secretário-Geral é apresentado ao Conselho Permanente em conformidade com as seguintes :

- A situação no Haiti, CP/RES. 806 (1303/02);
- Apoio ao fortalecimento da democracia no Haiti, CP/RES. 822 (1331/02);
- Apoio à ordem pública e fortalecimento da democracia no Haiti, CP/RES. 861 (1400/04);
- Situação no Haiti, CP/RES. 862 (1401/04), e
- Apoio ao fortalecimento da democracia no Haiti, AG/RES. 1959.

Complementa os relatórios constantes do documento CP/doc. 3798 e CP/doc. 3849/04 corr.1 que será submetido à Assembléia Geral como adendo deste relatório.

II. ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

1. A estabilização da situação política e de segurança no Haiti continuou a progredir, embora gradualmente. As realizações dignas de nota até esta data incluem: a formação do Governo de Transição – o Gabinete prestou juramento em 17 março e as nomeações de alto nível foram feitas nos meses de março e abril; um acordo político sobre o programa de governo foi assinado entre o governo e os principais partidos políticos que antes estavam na oposição (mas sem o Fanmi Lavalas e diversos partidos menores); a expansão da Força Multinacional Interina (FMI) e da Polícia Nacional do Haiti (PNH) em muitas regiões do país; a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas para uma Missão de Manutenção da Paz no Haiti; a instalação de um Conselho Eleitoral Provisório (CEP) de oito membros; o registro de cerca de 35.000 candidatos para a integrarem a força policial; e o papel de liderança do Governo de Transição em sua colaboração com a comunidade internacional para tratar da necessidade premente de recursos e de outros apoios, inclusive na apresentação de um Quadro de Cooperação Interina em uma próxima reunião de doadores. Apesar destas ações, há impaciência no país com relação ao que se considera como progresso lento. O país continua a enfrentar sérios problemas, inclusive a difusão de armas ilegais, os quais podem ameaçar a sua estabilidade ainda frágil se não forem solucionados pronta e rapidamente.

2. Embora tenha havido uma diminuição global da violência por motivos políticos, incidentes de aparente acerto de contas entre grupos armados ainda devem ser adequadamente investigados. Além disso, o Fanmi Lavalas (FL) continua a denunciar atos de agressão física, ameaças de morte, intimidação e perseguição contra seus membros. Essa situação, somada a outras preocupações, entre as quais a prisão de cerca de 10 figuras proeminentes do partido, incluindo o ex-Ministro do Interior, por sua participação alegada em abusos dos direitos humanos, levaram o FL – apesar das longas reuniões de negociação com o Primeiro-Ministro – a recusar-se a nomear um representante para o CEP.

3. Em 4 de maio, quatro dias depois da data fixada pelo Primeiro-Ministro Latortue como o último dia para o FL designar seu representante, o CEP foi instalado com oito membros. O fato de que o Governo não procedeu à seleção de um nono membro em seguida às disposições do Projeto de Acordo Inicial parece ter deixado a porta aberta para o FL ingressar no CEP em uma data posterior. O Primeiro-Ministro disse que seu governo manterá uma posição de flexibilidade, mas acrescentou: “O processo eleitoral não será mantido como refém”. Por meio de diversos de seus líderes, o FL denunciou o estabelecimento do CEP como um ato de exclusão por parte do Governo de Transição e apelou para que este atendesse às suas demandas, em particular aquelas relacionadas com a segurança física de seus membros e o reconhecimento do mandato de 13 senadores do FL. Entre os setores que, por outro lado, expressaram sua satisfação com o CEP estão a Convergência Democrática e o Grupo de 184.

4. A presença de ex-grupos rebeldes – que ainda controlam diversas regiões do país e, em alguns casos, trabalham com a PNH – continua a ser causa de preocupação, sobretudo porque eles têm se envolvido em atos de violência. Em Gonaives, por exemplo, um grupo de ex-rebeldes entrou no posto policial em 25 de abril, desarmou os guardas que se encontravam de turno e tomou um veículo do governo que tinha sido confiscado pela FMI. O veículo roubado foi mais tarde recuperado por uma patrulha conjunta FMI/PNH, sem incidente. Também em 25 de abril, em Hinche, um posto de polícia recém-instalado foi queimado por indivíduos que se acredita pertencerem a ex-grupos de militares. Outros acontecimentos importantes relativos a esses grupos incluem: o anúncio em 28 de abril por ex-rebeldes baseados em Gonaives da próxima criação de seu partido político e a rendição voluntária, em 22 de abril, de um ex-líder rebelde às autoridades carcerárias, o qual fora condenado à revelia por mortes politicamente motivadas, como a de um líder do grupo paramilitar FRAPH em 1993 e 1994.

5. As organizações haitianas e internacionais de direitos humanos receberam bem o fato de que o ex-líder da FRAPH, Louis Jodel Chamblain, ficaria sob custódia e seria julgado de novo (conforme disposto pela lei haitiana). Eles acreditam que este é um passo importante no combate à impunidade e esperam que seu novo julgamento “não acabe em zombaria do sistema judicial haitiano, servindo para esconder a verdade e lavar [suas] mãos das acusações contra ele”. Previamente, os grupos de direitos humanos criticaram publicamente o fato de que, embora o governo de transição tenha prontamente procedido à prisão de membros do FL suspeitos de envolvimento em abusos dos direitos humanos, ele não tem feito o mesmo com os rebeldes acusados e/ou condenados pelos mesmos crimes.

6. Ainda com relação ao combate à impunidade, os grupos nacionais de direitos humanos receberam igualmente bem o anúncio de 14 de abril feito pelo Conselho Superior da PNH (CSPN) da demissão de 150 oficiais da polícia de patente média e alta por motivos como o desrespeito pelo código de deontologia da PNH (inclusive violações de direitos humanos), promoções irregulares e deserção de seu cargos.

7. No que diz respeito às acusações de perseguição política pelo FL, a Coalizão Nacional de Direitos do Haiti (NCHR), a ONG mais importante de direitos humanos do Haiti, destacou a “diferença entre perseguição política e o combate à impunidade”. É importante, disse a NCHR, não considerar a prisão de pessoas implicadas em violações dos direitos humanos e/ou de infrações da lei como perseguição política. “Aqueles quem infringem a lei”, disseram eles, “devem ser levados à justiça, independentemente de sua afiliação política. Da mesma forma, os que foram presos, qualquer

que seja a sua afiliação política, mantêm os seus direitos fundamentais.” A NCHR tem acompanhado de perto as condições da prisão e detenção de figuras FL e, em diversas ocasiões, denunciaram irregularidades, como falta de provas de acusação. A equipe da Missão Especial também tem realizado visitas às principais instalações de detenção em Port-au-Prince e Cap-Haitien, *inter alia*, a fim de monitorar as condições de detenção, o tratamento dos detidos e a legalidade das prisões.

8. Dos quase 3.000 detidos que foram libertados durante os eventos de fevereiro de 2004, os agentes da PNH relatam que mais de 100 foram presos novamente e detidos. Os oficiais da polícia têm deplorado os atrasos no que diz respeito à reabertura dos tribunais e às prisões por todo o país, o que tem levado a uma grave superlotação e outras irregularidades nos postos policiais que estão em funcionamento. Apesar das nomeações de alto nível no judiciário, o sistema da justiça em geral continua disfuncional, com muitos tribunais fechados nas províncias e contínuas alegações de corrupção.

9. Ex-membros das Forças Armadas Haitianas (FAdH) – cuja presença se concentra nos Departamentos do Norte e do Centro – têm-se distanciado publicamente de outros ex-grupos de rebeldes. Mais de 700 deles tiveram a permissão do Governo de Transição de apresentar a uma comissão *ad hoc* suas candidaturas para integrar a PNH. Estas fazem parte do grupo de mais de 35.000 candidatos inscritos na Academia de Polícia, dos quais apenas cerca de 3% (entre 800 e 1.200) serão retidos. Os assessores técnicos da Missão Especial da OEA na PNH têm destacado a importância de se assegurar que seja colocado em prática um mecanismo sistemático para testar os candidatos, a fim de evitar que o nepotismo e as lealdades políticas influam no processo de seleção.

10. São igualmente preocupantes, no tocante à reconstrução da polícia, as alegações de interferência política indevida por parte de afiliados do Governo de Transição e também da contínua conspiração entre membros do Fanmi Lavalas e de alguns policiais em atos criminosos. No total, o progresso nos esforços para reorganizar a força tem sido lento e difícil; atualmente, apenas 2.000 policiais estão na ativa, embora 4.500 permaneçam na folha de pagamento. As tentativas de se conseguir dados sobre o número de postos policiais em funcionamento nas mãos da PNH não foram bem-sucedidas, e ex-membros de milícias continuam a guarnecer alguns dos postos das principais cidades.

11. A criminalidade – seqüestros, roubo à mão armada e seqüestros em carros – aumentou no período e é uma fonte de preocupação cada vez maior para o público e a comunidade internacional. O toque de recolher imposto pelo Governo de Transição no dia em que tomou posse foi levantado em 4 de maio, mas a PNH – e o FMI – são geralmente percebidos como incapazes de garantir a segurança à população. O esperado processo de desarmamento ainda precisa ser lançado de forma sistemática. Em cooperação com as ONGs nacionais, a Missão Especial tem organizado e financiado seminários para discutir a questão do desarmamento; a equipe da Missão Especial também está liderando um projeto-piloto de desarmamento em um dos bairros mais pobres da capital.

12. Além da percepção geral de insegurança, o declínio dramático nas condições de vida já extremamente difíceis poderia desestabilizar ainda mais a nação. A grave escassez de eletricidade e um aumento significativo nos preços dos suprimentos dos alimentos básicos, em particular do arroz, são exemplos de questões prementes que o governo deve resolver como matéria de urgência.

13. Com respeito à Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti (Missão Especial), como o Representante Especial do Secretário-Geral/Chefe de Missão (SRSG/COM) declarou em sua intervenção de 14 de abril perante o Conselho Permanente, além de realizar as obrigações de rotina, conforme está estabelecido em seu mandato, a Missão Especial tem focado seu trabalho em “prestar assistência na transição e em trabalhar para preparar a chegada da Missão das Nações Unidas nas próximas semanas, bem como em manter consultas com a comunidade doadora sobre como voltar a fazer contratos com o Haiti no futuro”.

14. Em 12 maio, o Secretário-Geral anunciou que Embaixador David Lee, o SRSG/COM, tinha indicado, em uma carta datada de 3 de maio, sua decisão de renunciar em 31 de maio, à luz de importantes mudanças nas condições sob as quais a Missão foi estabelecida, inclusive o estabelecimento pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). O Secretário-Geral também anunciou que o Embaixador Denneth Modeste, Subchefe da Missão, será o seu Representante Especial e o Chefe da Missão Especial até aviso posterior.

III. A PARTICIPAÇÃO DA OEA EM REUNIÕES DE DOADORES EM WASHINGTON, D.C. E PORT-AU-PRINCE

15. O Secretário-Geral Adjunto e o SRSG/COM participaram da reunião consultiva de doadores realizada no Banco Mundial em Washington, em 23 de março, na qual eles resumiram para os participantes da reunião situação e as perspectivas no Haiti e incentivaram novos contratos, sérios mais realistas, para ajudar o país a enfrentar os seus problemas imediatos e de prazo médio. A reunião propôs que fosse feita uma avaliação conjunta com o governo em maio. Uma reunião conjunta do Governo e doadores foi realizada em Port-au-Prince em 22 de abril, na qual ficou decidido desenvolver-se em conjunto um Quadro de Cooperação Interina (Cadre de Coopération Intérimaire – CCI), sob a liderança do Governo de Transição.

16. O pessoal da Missão Especial está atualmente participando do processo do CCI, que continuará ao longo do mês de maio, para ser apresentado em uma reunião dos doadores a ser realizada em diversos meses. A comissão diretora do CCI é constituída por representantes do Gabinete do Primeiro-Ministro, do Ministério do Planejamento, da JID, do Banco Mundial, da Comissão Europeia e do Sistema das Nações Unidas. A Missão Especial está participando de três dos 10 grupos temáticos estabelecidos: Segurança e Governança Política (fornecendo um dos dois pontos focais para o grupo, bem como para outros funcionários), Desenvolvimento Local e Descentralização e Educação e Cultura (com relação à imprensa e às comunicações). Espera-se que cada grupo apresente um documento descrevendo a situação atual do seu tema, as ações prioritárias necessárias e um orçamento estimado para a implementação dessas ações.

IV. SESSÃO SOLENE^{1/} EM HONRA DO PRIMEIRO-MINISTRO LATORTUE

17. Em 6 de maio, a pedido da Missão Permanente do Haiti, o Conselho Permanente realizou uma sessão solene em honra do Primeiro-Ministro Latortue^{2/}. Ao receber o Primeiro-Ministro, o Embaixador Miguel Ruiz Cabanas, do México, Presidente do Conselho Permanente, declarou que “os objetivos nacionais de reconciliação nacional e compromisso político que (o Primeiro-Ministro) anunciou como necessários para o retorno à normalidade democrática por meio de eleições livres nos parecem altamente significativos. É neste sentido que a comunidade hemisférica aguarda com interesse especial a nomeação do novo membro do recém-criado Conselho Eleitoral.”^{3/}

18. Em nome da Secretaria-Geral, o Secretário-Geral Adjunto Luigi R. Einaudi lembrou que o Senhor Latortue tinha sido escolhido para o cargo de Primeiro-Ministro “como o candidato considerado mais capaz de reconciliar as acentuadas diferenças e cobrir o hiato causado pela situação de polarização existente no país.”^{4/} O Secretário-Geral Adjunto também declarou que, tal como no passado, a OEA continuará a exortar o Governo do Haiti a “não poupar esforços para garantir a participação efetiva de todos os atuais participantes políticos do país.”

19. Em seu discurso, o Primeiro-Ministro Latortue afirmou que uma das principais tarefas do Governo de Transição é a preparação de eleições livres, justas, abertas e democráticas. Neste sentido, citando os artigos 23 e 24 da Carta Democrática Interamericana, expressou a esperança de que a OEA e a Missão Especial em particular prestassem “serviços de assessoramento ou assistência para o fortalecimento e desenvolvimento de suas instituições e processos eleitorais, inclusive enviando missão preliminares com esse objetivo.” Ressaltou também o fato de que o Haiti tem a intenção de continuar a ser membro da CARICOM, destacando a importância para o Haiti da plena inserção na sub-região e seu compromisso pessoal com o movimento de integração sub-regional.

20. Após a conclusão da sessão solene, o Conselho realizou uma reunião privada, durante a qual o Primeiro-Ministro respondeu às perguntas feitas pelas delegações.

21. O pedido do Primeiro-Ministro Latortue, mencionado no parágrafo 19 acima, foi formalmente apresentado à Secretaria-Geral pela Missão Permanente do Haiti mediante nota verbal de 10 de maio.

-
1. A sessão solene foi realizada durante a visita de três dias do Primeiro-Ministro a Washington, D.C. durante a qual, entre outras coisas, procurou a liberação de ajuda financeira para o Haiti “como questão de urgência”. Reuniu-se com o Presidente dos Estados Unidos, com o Secretário de Estado e com outras altas autoridades, bem como com membros do Congresso dos Estados Unidos. Visitou também instituições financeiras internacionais sediadas em Washington, incluindo o FMI, o BID e o Banco Mundial. Em 7 de maio, o Primeiro-Ministro retornou a Port-au-Prince para a visita da equipe ministerial do Canadá e imediatamente saiu novamente para falar perante a ONU em Nova Iorque, União Européia em Bruxelas e Governo francês em Paris.
 2. Ao chegar à Sede da OEA, o Primeiro-Ministro foi recebido por uma Comissão do Conselho Permanente constituída pelos Embaixadores do México (Presidente), Canadá, Grenada, Guatemala e Estados Unidos. Antes da sessão solene, o Primeiro-Ministro e sua delegação reuniram-se com o Secretário-Geral e com o Secretário-Geral Adjunto.
 3. Ver texto no website da OEA sobre a Situação no Haiti.
 4. Ver texto no website da OEA sobre a Situação no Haiti.

V. TRABALHO E ATIVIDADES FUTURAS DA OEA NO HAITI

22. Nas circunstâncias atuais, o trabalho e atividades futuras da OEA no Haiti constituem matéria de decisão urgente. Várias opções são possíveis. E os Estados membros expressaram sua opinião de que as áreas de trabalho poderiam incluir governança, direitos humanos, regime de direito, impunidade, eleições e pouca capacidade em termos de segurança das eleições. Esse trabalho poderia também incluir atividade contínua na área de desarmamento com enfoque na coordenação de projetos regionais para demonstrar as possibilidades nesta área.

23. Uma área importante de governança poderia ser dar os primeiros passos no sentido da descentralização e da governança local, conforme estipulado na Constituição. Pode-se afirmar o mesmo a respeito do Conselho Eleitoral Provisório estabelecido e, dada a solicitação do Primeiro-Ministro (ver ponto III acima), seria apropriado que a OEA enviasse uma missão de assessoramento técnico em eleições ao Haiti no prazo de um mês. Planos e propostas para prestação de assistência técnica detalhada e medidas de observação relacionadas com as eleições no próximo ano surgiriam desse exercício, juntamente com as respectivas estimativas de custo. No entanto, a experiência dos últimos dois anos demonstra de forma concludente que, para a participação da OEA ter êxito, um mandato claro e específico, bem como recursos adequados e explícitos são requisitos essenciais para todo o período em questão.

24. No tocante à preparação do processo eleitoral, o restante da seção indica, por meio de exemplo, um possível conjunto de atividades da OEA. Baseia-se na premissa de que a promoção e a consolidação do processo democrático e do regime de direito devem constituir prioridade para o Governo de Transição, para a sociedade haitiana em geral e para a comunidade internacional. Embora seja necessário tomar várias medidas a este respeito, o processo eleitoral – sua organização e resultado – com toda probabilidade será o pano de fundo contra o qual será medido o desempenho do Governo de Transição. Cumpre assegurar que os erros do passado não se repitam, que o regime de direito seja cada vez mais respeitado e que os cidadãos possam exercer com segurança suas atividades eleitorais legítimas e de outra natureza.

25. A OEA está na posição de proporcionar assessoramento e assistência técnica não somente na preparação e realização de eleições, mas também na consolidação do processo democrático, com vistas a promover valores democráticos e uma cultura política de paz e reconciliação, com base no diálogo e no consenso. Isso implicaria medidas para preparar o terreno e acompanhar o processo antes das eleições, bem como durante e após as mesmas, inclusive no tocante ao fortalecimento do regime de direito e à melhoria do nível de respeito pelos direitos humanos.

26. O objetivo global seria avançar e consolidar o processo democrático no Haiti. A OEA teria como objetivo aumentar a participação global conducente às eleições, facilitar a modernização do sistema eleitoral, fortalecer as instituições haitianas associadas ao processo eleitoral e promover o diálogo e medidas de formação de consenso na preparação e aplicação de políticas públicas por parte do Governo de Transição. Entre muitas outras possíveis áreas de trabalho, um conjunto-chave de tarefas seria manter estreito contato com os partidos políticos, organizar treinamento relevante, ajudar a financiar atividades e proporcionar assessoramento técnico, conforme requerido, em todas as questões relacionadas com eleições, incluindo a oposição, bem como a produção de programas e manifestos e organização de financiamento de partidos. Seria estudada a

criação de um fundo para proporcionar financiamento transparente e equitativo a partidos reconhecidos e democráticos com base em critérios abertos e total prestação de contas.

VI. REQUISITOS DE RECURSOS – NECESSIDADE DE PREVISIBILIDADE DE FINANCIAMENTO

27. Para proporcionar apoio coerente à boa governança e assegurar continuidade efetiva depois de expirado o mandato do Conselho de Segurança da ONU, a OEA e a CARICOM deveriam estar presentes, embora de forma mínima, nos pontos-chave em todo o país.

28. Com a presença da Missão Especial nos 10 Departamentos do Haiti deveriam ser recrutados pelo menos 60 membros do quadro de pessoal internacional. Essas 60 pessoas deveriam ter experiência acadêmica e profissional relevante em um ou em vários dos seguintes campos: direito internacional, assuntos políticos, eleições, segurança pública, relações internacionais, direitos humanos, ciências políticas, solução de conflitos ou campos correlatos. Dependendo da estrutura final da presença da OEA, esse quadro de pessoal poderia ser constituído por funcionários de nível inicial (P2) e médio (P3 e P4) e serem distribuídos em grupos de dois ou três em cada Departamento. O pessoal a ser designado a instituições públicas, especialmente o CEP, deveria ser selecionado em base *ad hoc*, de acordo com as necessidades específicas e pedidos do Governo.

29. Estima-se o custo total em cerca de US\$10 milhões por 12 meses de despesas operacionais, ou seja, sem incluir projetos específicos ou despesas de capital. Uma sólida base financeira seria essencial para as operações eficazes e eficientes acima descritas.

30. Entretanto, será importante ter em mente a experiência dos últimos dois anos. Os recursos voluntários proporcionados pelos contribuintes para realizar o mandato da Missão Especial foram proporcionalmente poucos, de chegada incerta e fragmentados. Foram impossíveis um planejamento sério e implementação, uma vez que a Missão não sabia se continuaria além de alguns meses de cada vez.

VII. DIÁLOGO ENTRE A OEA E A ONU APÓS AS RESOLUÇÕES 1529 E 1542 – RELAÇÕES ENTRE A OEA E A CARICOM

31. No início de março, o Chefe e o Subchefe da Missão Especial realizaram várias reuniões com o Assessor Especial do Secretário-Geral da ONU para o Haiti a fim de discutir sua missão e a colaboração entre a OEA e a ONU. Outro pessoal de alto nível da Missão Especial dedicou tempo considerável para reunir-se em sessões informativas com representantes da equipe multidisciplinar de 38 membros da ONU que esteve no Haiti de 10 a 25 de março, a fim de avaliar a situação em preparação para a próxima distribuição de pessoal da MINUSTAH.

32. A Secretaria-Geral e a Sede da ONU continuaram a manter contato nesse período. Em 26 de março, o Secretário-Geral Adjunto e o Chefe da Missão Especial reuniram-se na Sede da ONU com o Subsecretário-Geral da ONU, com os Secretários-Gerais Adjuntos dos Departamentos de Assuntos Políticos e Operações de Manutenção da Paz e com o Administrador Associado do PNUD para discutir assuntos decorrentes das resoluções da OEA sobre o Haiti, inclusive a importância de

eleições antecipadas em conformidade com a Carta Democrática Interamericana e à luz da Resolução 1529 da ONU que fez um apelo à comunidade internacional, especificamente à ONU, OEA e CARICOM, “para trabalharem com o povo do Haiti num esforço de longo prazo de promoção do desenvolvimento social e econômico e no combate à pobreza.” Em 29 de março, o Secretário-Geral dirigiu-se por escrito ao Secretário-Geral da ONU para propor, como opção para consideração do Conselho de Segurança, uma missão conjunta ONU-OEA semelhante em conceito à Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH), porém modificada para incluir um papel para a CARICOM e levar em conta as lições aprendidas no terreno.^{5/}

33. Em 31 de março, o Assessor Especial do Secretário-Geral da ONU para o Haiti reuniu-se com o Secretário-Geral Adjunto na Sede da OEA após a participação deste último na Décima Quinta Reunião entre Períodos de Sessões da CARICOM de Chefes de Governo, realizada em Saint Kitts e Nevis em 25 e 26 de março. O Assessor Especial também aproveitou a oportunidade da visita a Washington em 3 de maio para reunir-se novamente com o Secretário-Geral e com o Secretário-Geral Adjunto na Sede da OEA.

34. O Secretário-Geral Adjunto, juntamente com o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da CARICOM, reuniu-se com uma equipe da ONU dirigida pelo Subsecretário-Geral para Operações de Manutenção da Paz em Nova Iorque em 12 de abril para discutir a cooperação entre as três organizações no contexto da operação da ONU no Haiti. Essa reunião foi realizada pouco antes da publicação do relatório do Secretário-Geral da ONU ao Conselho de Segurança em 16 de abril. Posteriormente, em 28 de abril, com base numa reunião do Grupo de Amigos do Secretário-Geral realizada na Sede da OEA em 27 de abril, o Secretário-Geral Adjunto dirigiu-se ao Subsecretário-Geral por escrito para sugerir que fossem realizadas em conjunto a avaliação eleitoral cuja facilitação se tinha pedido à Missão Especial e uma avaliação eleitoral que a ONU estava planejando realizar.

35. Em 30 de abril, foi adotada a Resolução 1542 do Conselho de Segurança criando a MINUSTAH “por um período inicial de seis meses, com a intenção de ser renovado por outros períodos.” Embora haja várias referências à OEA (e à CARICOM) no texto, não há uma clara indicação de divisão ou compartilhamento de funções e/ou de papéis com a OEA. Entretanto, discussões correlatas com a ONU deverão continuar em 19 de maio por ocasião da visita à OEA de um representante do Departamento de Manutenção de Operações de Paz.

36. Convencida de que a participação e o envolvimento da CARICOM são vitais para construir uma âncora regional de longo prazo para a estabilidade no Haiti, coerente com o espírito do artigo 52 da Carta das Nações Unidas, a OEA tem mantido contato constante com a Secretaria-Geral da CARICOM nos mais altos níveis.

37. Cumpre notar que em sua reunião de 25 e 26 de março em Saint Kitts e Nevis, os Chefes de Estado da CARICOM concordaram em designar um Emissário Especial encarregado, *inter alia*, de coordenar “as relações da Comunidade com a ONU, OEA e outros parceiros no tocante à questão do Haiti e de sua reabilitação.”

38. Além disso, a Décima Sétima Reunião do Escritório da Conferência dos Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), com a participação do Grupo Principal sobre o Haiti, realizada em Antígua e Barbuda em 4 e 5 de maio de 2004, recomendou “que fosse feito um

5. Ver CP/doc 4964/04 no website da OEA sob “Situação no Haiti”.

pedido ao Presidente do Conselho Permanente da OEA para convocar uma reunião... a fim de discutir a situação no Haiti, com vistas a invocar o artigo 20 da Carta Democrática Interamericana.” Este pedido foi apresentado ao Conselho Permanente mediante carta da Missão Permanente de Antígua e Barbuda de 13 de maio de 2004.

VIII. CONCLUSÃO

39. Conforme indicado na Seção IV acima, nas circunstâncias atuais o trabalho e as atividades futuros da OEA no Haiti constituem questão de decisão de certa urgência por parte dos Estados membros. O papel e a estrutura da Missão Especial serão críticos para a participação contínua da Organização nesse país. Desde abril de 2002 quando foi criada, a Missão Especial vem desenvolvendo relações de trabalho em todo o espectro da vida política, organizacional e institucional do Haiti em matéria de justiça, segurança, governança e direitos humanos. Entretanto, do ponto de vista ideal, deve-se fazer uma revisão do mandato da Missão Especial antes da data anunciada de início da MINUSTAH ou pelo menos até o Trigesimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. Futuras áreas de trabalho poderiam incluir governança e eleições, direitos humanos, impunidade e regime de direito. E conforme foi indicado no relatório imediatamente anterior a este, as deliberações dos Estados membros sobre o futuro da Missão Especial talvez requeiram o fortalecimento da Missão mediante o aumento dos recursos de pessoal, materiais e financeiros.